



## Uma nota sobre Freud e o ministro

Marcus André Vieira

Freud recebe um ministro do governo que lhe diz: quero fazer análise, mas infelizmente há muita coisa que não posso contar por serem segredos de estado, envolvendo o interesse da nação.

A resposta é um primor e precisa ser desdobrada para que se possa perceber as implicações de cada um de seus elementos. Freud diz ao ministro que guardar segredos para o analista não é problema, mas sim que exista na análise uma área da vida previamente definida como proibida. Neste caso, tudo ocorreria como com as igrejas quando, tidas como campo santo, eram vedadas à polícia. Todos os ladrões corriam para lá se esconder. A área “segredos de estado” estando demarcada e assinalada com um “Proibida a entrada” levaria a que os segredos conhecidos da consciência passassem a guardar todo um mundo de representações e sentimentos recalçados, agora inacessíveis à análise.

Haveria muito a ser dito desta resposta de Freud, destaco três pontos:

O primeiro é anterior à resposta. Reparem que em momento algum Freud discute a identidade do ministro ou supõe que seja preciso, para que haja análise, que ele descreia de sua posição social. Em nossos termos: não há nenhuma necessidade de desidentificação no início da análise. Uma reconfiguração egóica é um componente estrutural de uma análise, mas ela não intervém em algum momento específico do percurso, nem diz respeito necessariamente ao todo da identidade, pode bem ser lateral, referida a um elemento isolado do sentimento de si que compõe nosso estar no coletivo. Pode parecer óbvio, mas a passagem freudiana do ministro, deixa claro como hoje os analistas resistem à análise quando consideram uma recusa do inconsciente a posição daquele que chega identificado com sua identidade, construída às vezes com sangue e suor, não tolerando que isso seja posto em questão.

O segundo ponto é igualmente anterior à troca verbal entre os dois participantes do jogo analítico: que a análise tenha livre acesso às lembranças do analisante, supõe que haja a possibilidade de compartilhá-las em relativa confiança. Essa confiança pode assumir os contornos os mais variados, da apologia do acolhimento à da empatia, do *safe space* contemporâneo à exclusão paranoica do inimigo, mas nem todas suas formas são facilitadoras do inconsciente. Nós, lacanianos, abordamos essa confiança a partir do sujeito suposto saber. Nesta passagem, fica claro que ele não é nada que se suponha que o analista saiba, envolve, no caso do ministro mais uma crença na capacidade do analista de manter um sigilo profissional que, nos tempos de Freud poderia ser nomeado como “honradez”. Mais uma vez, vemos como o imaginário, as aparências, contam mais do que se pensa. Provavelmente o diálogo seria impossível se Freud não fosse, como o ministro, um senhor: homem, branco no poder. Dito isto, qual o ponto estrutural, então, não apenas imaginário dessa disposição a passar um cheque em branco a um desconhecido?

Este é o terceiro ponto. O segredo que o ministro oculta e que interessa a uma análise é o que contém seu lugar de objeto-resto do Outro, em que fez ou foi algo que não poderia jamais assumir. Para isso, é preciso que esse lugar de resto do analisante possa ser tomado como um ponto vivo e não algo a ser eliminado. Novamente, a fundação racista de nossa realidade nos leva a esquecer o óbvio. O *playground* da transferência, como a nomeia Freud, supõe a possibilidade de não se estar com uma espada sob sua cabeça, estar narrando uma ameaça e

não vivendo-a. Dito de outro modo, o analisante não precisa ser sujeito de sua fala, mas não pode, nela, ser apenas objeto. Ora, em nossas terras este ponto estrutural é vital quando muitos sob a ameaça de uma morte quotidiana recusam-se a abrir-se a alguém que possa parecer encarná-la.